

ORAA



rot



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2013

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	2
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	4
B) Economia Nacional	7
C) Economia Regional	10
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Sector Público Administrativo	20
B) Administração Local	24
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	31
B) Orçamento da Despesa	36
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	46
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	53
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Direta	55
B) Avals	56
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	58



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, e demais legislação o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2013.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013, foi elaborado, tendo como referência, o quadro financeiro definido na Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Orçamento de Estado para 2013, diplomas nos quais estão definidos um conjunto de meios financeiros de que a Região irá dispor para o corrente ano.

Com a atual proposta de Orçamento, pretende-se dar continuidade à estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas e de manter simultaneamente um clima social e económico estável, embora conscientes de que o quadro macro económico nacional e europeu apresenta, ainda, algumas fragilidades, embora já que se vislumbre alguma recuperação ao nível do crescimento.

O Governo dos Açores, com a atual proposta de Orçamento continua com a sua política económica e financeira sustentada de ir ao encontro das necessidades das famílias e das empresas de forma a que a economia açoriana se desenvolva.



O ORAA apresentar um montante de investimento público, extremamente importante para as empresas regionais e respetiva economia, atingindo os 435,8 milhões de euros.

A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.396,1 milhões de euros, dos quais 238,0 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

A proposta de Orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efetivas cobrem a totalidade das despesas efetivas, e foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, contendo as disposições que lhe são aplicáveis de acordo com o previsto na proposta de Orçamento de Estado para o corrente ano.

O Orçamento para 2013 é, no entender do Governo dos Açores, um instrumento macroeconómico importante para a sustentabilidade da Região, na atual conjuntura.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA MUNDIAL

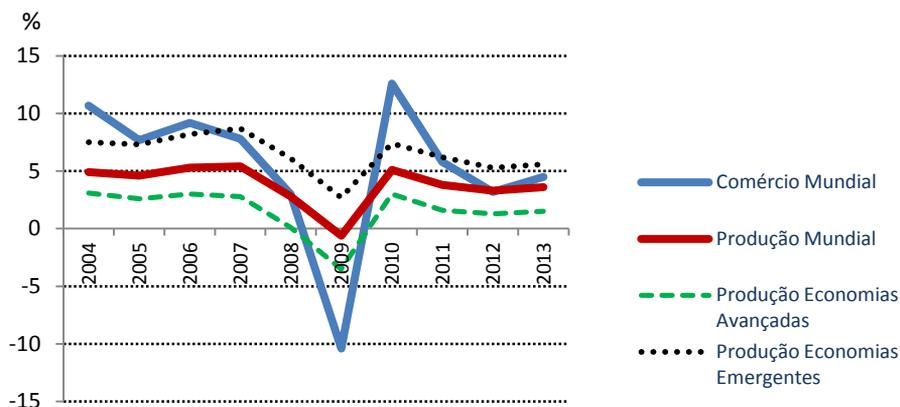
A economia mundial tem vindo a revelar elementos que apontam no sentido de um crescimento moderado em termos de intensidade de variação dos volumes agregados de produções anuais em diversas zonas económicas do mundo globalizado.

Por sua vez, os dados sobre o comércio de bens e serviços também vêm refletindo alguma resistência ao crescimento, na medida em que ainda não revelaram sinais de estabilização confirmada após a crise de 2008, nem recuperaram para os níveis de valores médios atingidos na década de 2000.

Neste contexto, as perspetivas de evolução apontam para uma diminuição do crescimento económico global, sendo que no conjunto das economias avançadas continua a esperar-se uma variação média anual ainda positiva, mas moderada, enquanto nas economias de mercado emergentes e em desenvolvimento espera-se que continuem a manter crescimentos relativamente mais fortes.

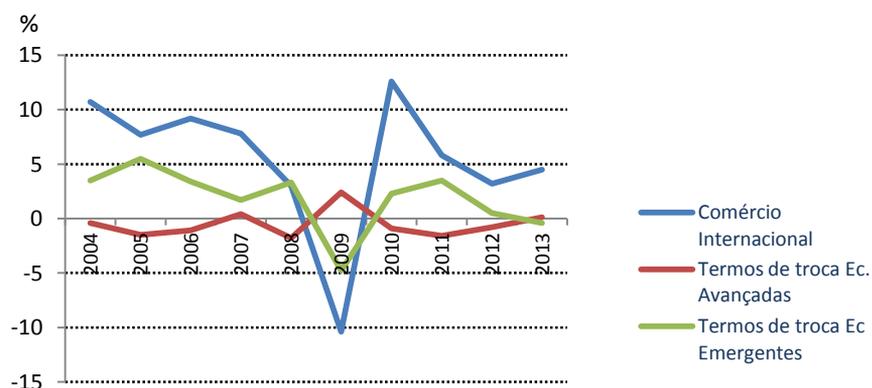


Atividade Económica e Comércio Internacionais (taxa de variação anual)



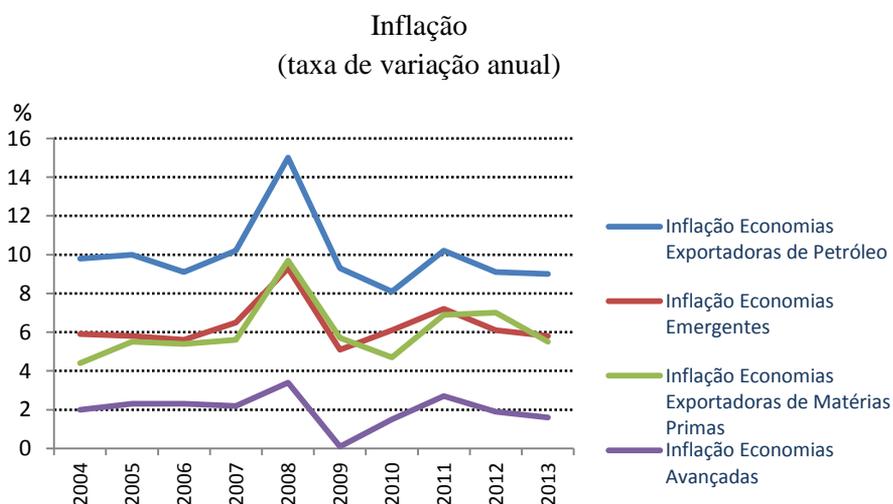
Verificando-se tendências de crescimento mais fraco do consumo, particularmente nas economias avançadas que se encontram endividadadas (casos dos EUA e países da área do euro), a par da continuação da procura interna ainda significativa nas economias emergentes, os desequilíbrios externos entre grandes regiões da economia mundial tenderão a reduzir-se em termos globais, apesar de fatores aparentemente contraditórios entre efeitos de volume e de valor das trocas comerciais a nível internacional.

Comércio Internacional – Volume e Termos de troca (taxa de variação anual)





Num contexto económico com expectativas de moderação de crescimento e com subutilização de capacidade produtiva é compreensível uma diminuição da inflação na generalidade dos países, sendo que, entre os países emergentes o nível de pressão sobre os preços continuará a fazer-se sentir de forma relativamente mais intensa. Pressões decorrentes de processos de industrialização nas economias emergentes e de fatores de oferta pelos países exportadores de petróleo contribuem para o preço da energia permanecer em níveis consideráveis.

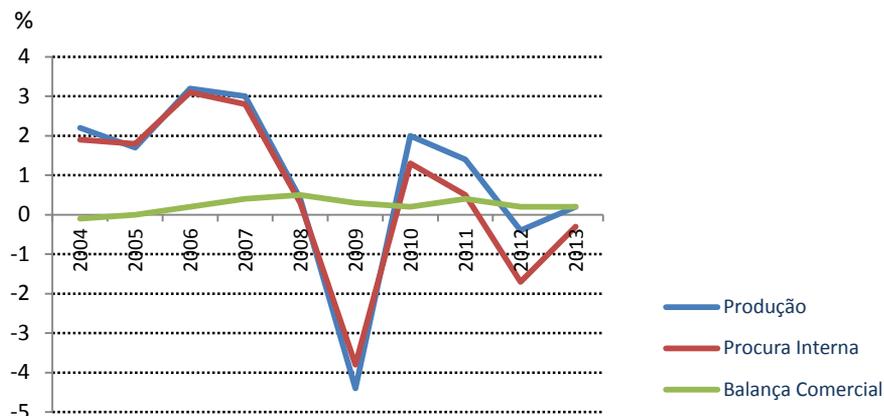


A desaceleração da economia na área do euro encontra-se influenciada por abrandamento da procura interna, efeitos da crise das dívidas soberanas, repercussões da desalavancagem do sector bancário na economia real e, ainda, por impacto das medidas de consolidação orçamental postas em prática na generalidade dos países.

Com reduções na procura agregada interna (consumos público e privado e investimentos), é das exportações que são esperados contributos líquidos mais significativos para o crescimento e, depois, para os níveis de emprego.



Área do Euro – Produção e Componentes da Procura
(taxa de variação anual)



A) ECONOMIA NACIONAL

A política económica portuguesa vem prosseguindo objetivos de correção dos desequilíbrios orçamental e externo e de reforço da estabilidade do sistema financeiro, com vista a criar condições de competitividade e crescimento, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades de maior valorização e utilização de recursos endógenos.

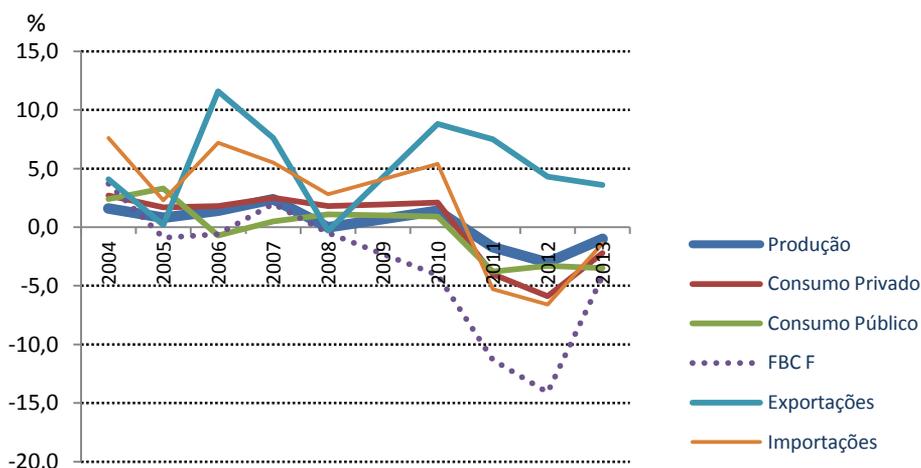
A consolidação orçamental prossegue conjuntamente a uma contração da economia, sendo a redução da procura interna parcialmente compensada por exportações de empresas portuguesas a reorientarem parte da sua produção para o mercado externo.

Registadas melhorias nas contas externas por via de reduções na procura interna face às procuras no resto do mundo, o reequilíbrio com o exterior vai ficando mais dependente de fatores de competitividade



decorrentes de maiores níveis de eficiência, particularmente pela conjugação de reformas estruturais com reduções de custos.

Produto e Componentes da Procura
(taxa de variação anual)

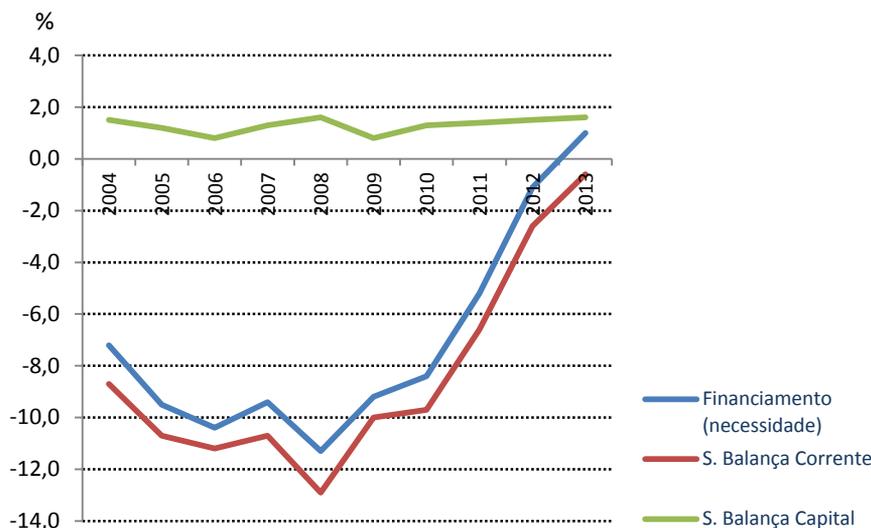


As perspetivas para o cenário macroeconómico apontam no sentido do desenvolvimento do desempenho descrito anteriormente, que está associado a forte redução dos consumos público e privado, bem como do investimento, só parcialmente compensadas pelo contributo positivo da procura externa, para outro desempenho com o produto efetivo a aproximar-se do produto potencial, nomeadamente pela difusão dos efeitos positivos dos saldos externos à procura interna e, também, por efeitos de políticas consistentes de incentivo ao crescimento.

Em relação a condicionantes e restrições externas, as necessidades de financiamento continuarão a reduzir-se, dependendo em primeiro lugar e de forma tanto mais significativa quanto forem conseguidos resultados significativos na balança de bens e serviços.



Balança Externa e Necessidades de Financiamento
(percentagem do PIB)



Conta das Administrações Públicas - Principais Agregados em % do PIB
(conceito PDE)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012e	2013p
1. Receita total	40,1	40,6	41,1	41,1	39,6	41,4	45,0	40,6	42,3
2. Receita fiscal e contributiva	31,1	31,9	32,5	32,6	30,8	31,2	33,0	32,3	34,2
3. Despesa total	46,6	45,2	44,3	44,7	49,7	51,2	49,4	45,6	46,8
4. Despesa total primária	44,1	42,4	41,4	41,7	46,9	48,4	45,4	41,3	42,5
5. Despesa corrente primária	39,4	38,9	38,1	38,6	42,9	42,7	41,4	39,5	40,4
6. Despesa de capital	4,6	3,5	3,3	3,1	4,0	5,6	4,0	1,8	2,1
7. Saldo global (1-3)	-6,5	-4,6	-3,1	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0	-4,5
8. Saldo primário (1-4)	-4,0	-1,8	-0,2	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	-0,8	-0,2

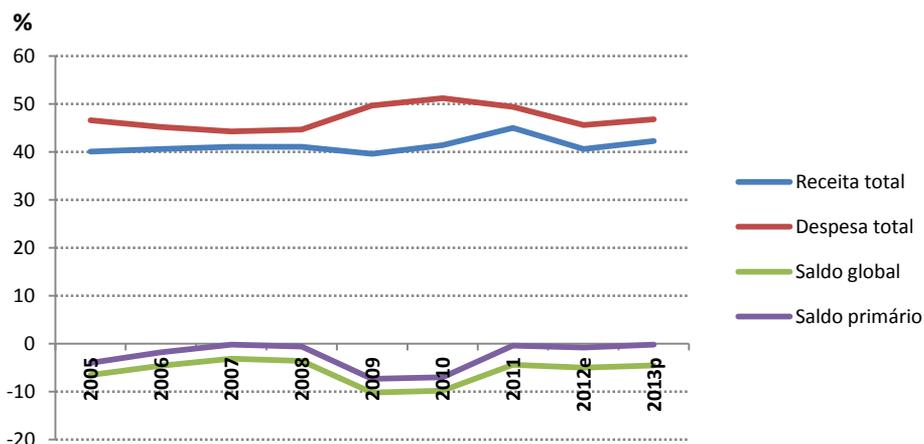
Notas: PDE= Procedimento dos Défices Excessivos; Receita Fiscal e Contributiva corresponde à soma dos impostos e das contribuições sociais efetivas recebidos pelas Administrações Públicas.

p-Previsão, e-estimativa.

Fontes: Ministério das Finanças



Principais agregados da Conta das Administrações Públicas
(percentagem do PIB)



B) Economia Regional

Aspetos Demográficos

Em termos de evolução recente, os dados disponíveis apontam para o crescimento demográfico, sustentado acima de tudo no crescimento natural da população.

De destacar neste particular a situação de alargamento do efetivo populacional nos escalões etários próprios da atividade da população. Havendo uma contração ao nível da base da pirâmide etária, mercê de uma tendência nacional de abrandamento da natalidade, demonstrou-se que face aos saldos migratórios.

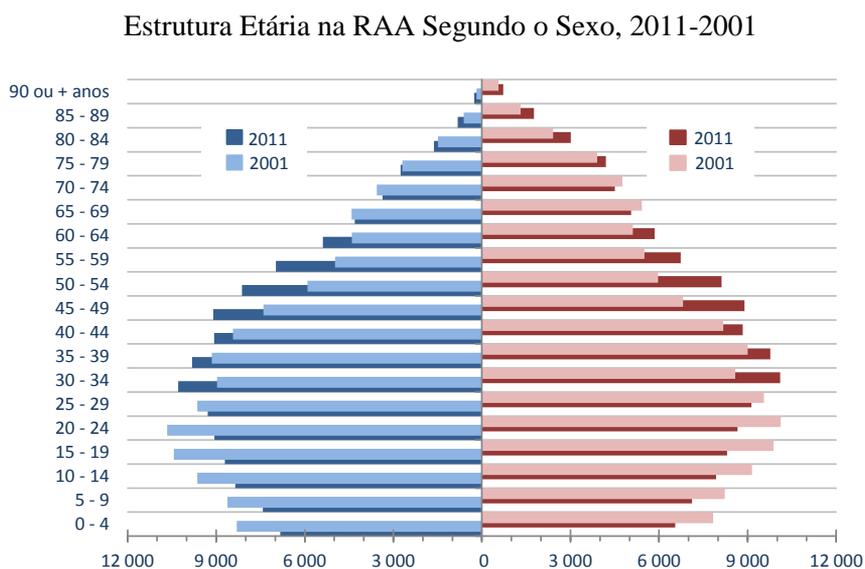
Os resultados definitivos mostram também que o número de mulheres continua a ser maior que o dos homens. Por cada 100 mulheres



contaram-se 97 homens nos Açores. Este índice de masculinidade é o mais elevado no contexto português, onde a média corresponde a cerca de 92.

Observando as grandes categorias da estrutura etária verifica-se que os Açores registaram entre as regiões portuguesas uma proporção de população jovem relativamente elevada (17,9%) e de população idosa relativamente reduzida (13,3). Desta forma o nível de envelhecimento é mínimo, traduzindo-se num índice de 74 idosos por cada 100 jovens, sendo a média portuguesa de 120 idosos.

Um padrão etário, com peso significativo de juventude e relativamente equilibrado na distribuição entre as gerações, favorece a sustentabilidade demográfica e social.



Os dados anuais mais recentes mostram um saldo fisiológico de 373 indivíduos, cujo crescimento em relação ao ano anterior interrompe a



desaceleração observável, desde 2007, em termos de contributo anual para a evolução demográfica.

Decomposição da Evolução Demográfica

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Saldo fisiológico	471	597	562	353	253	373
Saldo migratório	306	391	212	241	473	n.d.

Fonte: INE, SREA.

A evolução do saldo fisiológico beneficiou, simultaneamente, de uma redução no número de óbitos, aliás na parte mais significativa, e de um aumento no número de nados vivos.

Evolução das Componentes dos Saldos Fisiológicos

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nados vivos	2 810	2 847	2 836	2 786	2 719	2 748
Óbitos	2 339	2 250	2 274	2 433	2 466	2 375

Fonte: INE, SREA.

Em 2011, a mortalidade infantil decresceu, registando uma taxa inferior aos dados conhecidos no âmbito da respetiva série. Os outros dados sobre mortalidade infantil registam observações apenas até 2010. Neste ano, a mortalidade neonatal (óbitos de crianças com menos de 28 dias) situou-se a uma taxa de 3,3%, representando um amortecimento em relação às variações nos anos anteriores.



Aspetos macroeconómicos

Para o ano de 2011, o PIB na Região Autónoma dos Açores foi estimado no montante de 3 701 milhões de euros a preços de mercado, e numa média de 15,1 mil euros por residente naquele mesmo ano.

Evolução do Produto Interno Bruto

Com efeito, em termos reais a contração foi apenas de -0,7%, o que demonstra que a Região foi a que melhor resistiu à crise. A variação do PIB registada em todo o país, foi mais acentuada, apurando-se no conjunto uma contração real de -1,6%.

Produto Interno Bruto a preços de mercado			
	Açores	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)
			Unid.: Milhões de Euros
2009	3 650	14,9	94
2010	3 743	15,3	94
2011	3 701	15,1	94

Investimento

Os dados para a Formação Bruta de Capital relativos aos anos de 2006 a 2009, dados disponíveis, representam na generalidade cerca de 1/4 da produção total contabilizada naqueles mesmos anos.

Os ramos mais associados aos diversos serviços agregam os maiores volumes de investimentos e, conseqüentemente exercem maior efeito sobre a evolução global.



Entretanto, ramos com menor representatividade também revelam efeitos significativos sobre a evolução geral, nomeadamente em função de momentos específicos de conjuntura.

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

Anos	Primário	Industrial e Energia	Construção	Comercial Transportes e Turismo	Financeiro, Imobiliário e Técnico	Públicos e Outros serviços	Totais
2006	13,5	105,5	34,2	248,8	222,7	222,3	847,0
2007	25,6	108,1	51,6	396,0	229,1	227,5	1 037,8
2008	15,0	112,9	28,7	397,4	197,1	275,1	1 026,2
2009	18,3	169,8	19,2	220,5	224,7	319,4	971,8

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

Rendimento

Entre os Rendimentos Primários Brutos obtidos pelos agentes económicos nos processos produtivos e os respetivos rendimentos disponíveis, observam-se anualmente variações que decorrem de diferenças entre saldos de impostos, contribuições sociais, prestações sociais e outras transferências.

Os dados dos anos mais recentes têm mantido certa regularidade em termos de margens dos rendimentos disponíveis em relação aos respetivos rendimentos primários.



	Rendimentos		Unidade: Milhões de euros
	Rendimento Primário	Rendimento Disponível	
	Bruto	Bruto	
2006	2 520	2 516	
2007	2 570	2 595	
2008	2 732	2 773	
2009	2 743	2 798	

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

Preços no Consumo

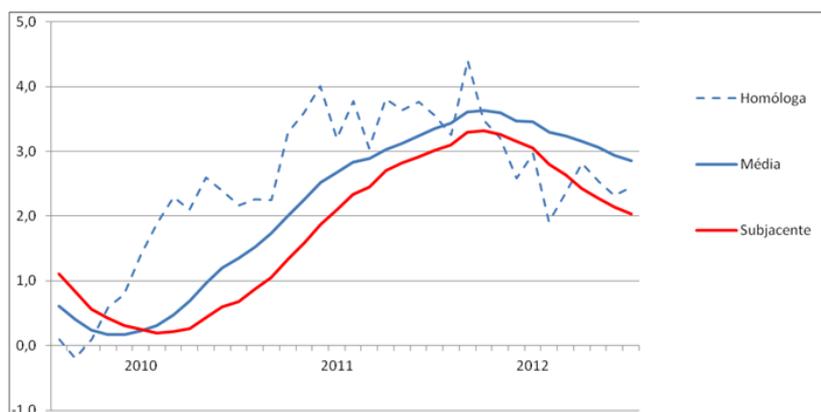
Durante o ano de 2012, a variação de preços no consumidor deslizou no sentido ascendente.

Neste crescimento de preços participaram aumentos de custos em aquisições de bens energéticos e de produtos alimentares não transformados. Efetivamente, não contabilizando estes produtos, a respetiva inflação subjacente regista uma taxa a um nível inferior.

Conforme a desagregação intra-anual permite verificar, a aceleração de preços no consumidor foi mais intensa e mais frequente nos primeiros meses do ano.



Evolução de Preços no Consumidor



As variações de preços na classe de Bebidas alcoólicas e tabaco e na de Saúde revelaram efeitos mais significativos em termos de contributo para a evolução geral. Estas variações de preços, para além de fatores de ordem geral, foram condicionadas por níveis de fiscalidade e da própria formação de preços. Entretanto, assinale-se que a classe com maior ponderação no cabaz de bens do IPC, a de Bens Alimentares e Bebidas não Alcoólicas, registou uma contribuição mínima para a inflação, já que a própria variação de preços foi contida.

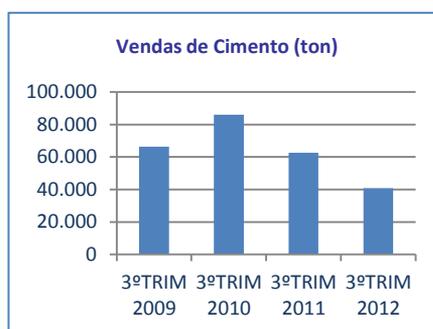
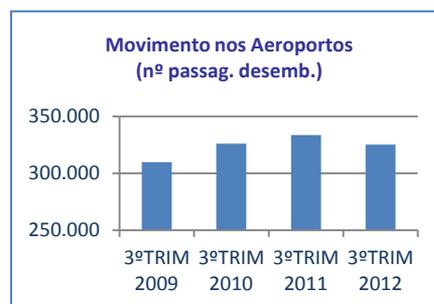
Indicadores de atividade económica

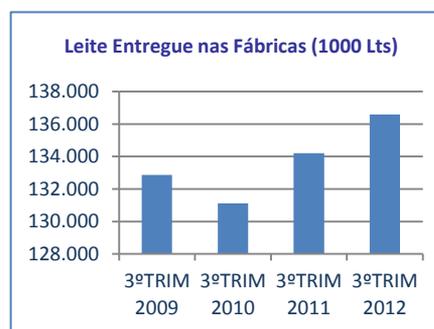
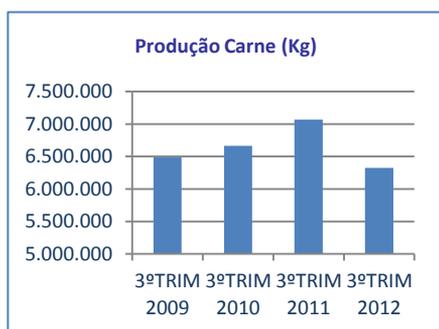
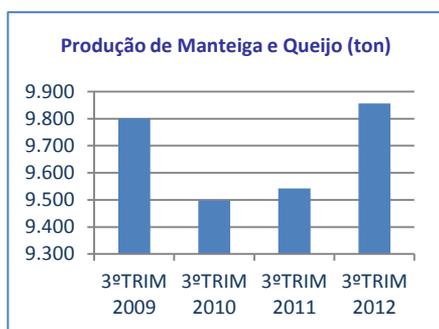
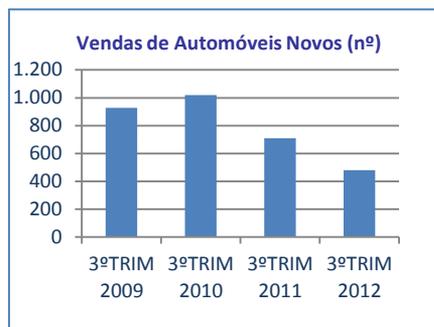
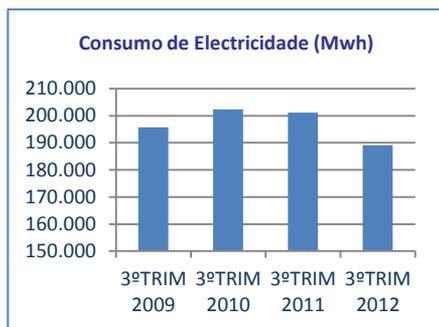
Os elementos sobre a evolução recente da economia açoriana apontam no sentido de relativa estabilidade e prossecução de tendências em atividades ligadas à base produtiva regional, desaceleração das que decorrem do ambiente de retração e de expetativas negativas dos agentes, na atual fase de ajustamento ainda outras que refletem quase diretamente a conjuntura exterior.



Tomando os últimos dados de indicadores simples sobre a atividade económica, reportados ao 3º trimestre de 2012, e comparando os dados com períodos homólogos dos anos anteriores que refletem a envolvente económica, observam-se evoluções e variações onde predominam os efeitos das políticas nacionais de retração da despesa interna, com efeitos na Região decorrentes dos choques com origem na quebra da procura externa.

O número de dormidas na hotelaria, em linha e coincidente com a evolução tráfego de passageiros nos aeroportos, será um exemplo representativo em termos de sentido e em intensidade com a repercussão dos efeitos da envolvente externa.





Naturalmente, os efeitos dos choques externos são proporcionais ao grau de exposição das atividades económicas regionais. É neste sentido que se podem compreender a diferença de intensidade de oscilações entre sectores de maior volatilidade, como o do turismo, e sectores de produção básica e intersectorial, como o de energia, particularmente na componente de produção para consumo pelas indústrias.

As decisões das famílias e das empresas ao nível do investimento ou aquisição de bens duradouros refletem também o sentimento de defesa e retração, as expetativas pouco animadoras em relação ao futuro,



traduzindo-se em quebras de procura, como são exemplos a aquisição de viaturas, ou o licenciamento para a construção e o consumo de cimento.

De destacar a resiliência das produções económica relacionada com a especialização regional, como é o caso da fileira do leite, onde prossegue uma evolução que no seu conjunto aponta para o crescimento da produção.

O caso das pescas tem inerente uma componente mais de natureza aleatória, derivada de condições específicas de ordem climática que se fazem sentir no período temporal sob análise.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A análise subsequente é realizada em termos provisórios, dado que, à data de realização da mesma a conta da R.A.A para o ano de 2012 ainda não se encontra encerrada.

A) Sector Público Administrativo

A 31 de Dezembro de 2012 o orçamento da Região Autónoma dos Açores registou uma execução da despesa de 1.028,8 milhões de euros (84,2%), por contrapartida de uma receita arrecadada de 1.029,2 milhões de euros (84,3%).

Receita

Em 2012, a decomposição da receita por grandes agregados, bem como os respetivos níveis de execução, foi a seguinte:



	Unidade: Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	685.240.000,00	580.104.534,96	84,7%
Impostos Diretos	191.969.000,00	160.599.840,77	83,7%
Impostos Indiretos	335.020.000,00	266.283.943,83	79,5%
Contribuições para a Segurança Social	4.500.000,00	3.737.608,55	83,1%
Taxas, multas e outras penalidades	8.000.000,00	7.500.620,63	93,8%
Rendimentos de propriedade	5.022.000,00	1.978.683,84	39,4%
Transferências Correntes	138.974.000,00	138.974.000,00	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	655.000,00	491.471,22	75,0%
Outras Receitas Correntes	1.100.000,00	538.366,12	48,9%
2. Receitas de Capital	535.992.333,00	449.085.020,19	83,8%
Venda de Bens de Investimento	13.516.408,00	88.509,79	0,7%
Transferências de Capital	375.975.925,00	305.696.608,43	81,3%
Ativos Financeiros	1.000.000,00	51.961,48	5,2%
Passivos Financeiros	142.300.000,00	141.980.000,00	99,8%
Outras Receitas de Capital	200.000,00	386.725,98	193,4%
Reposições	3.000.000,00	881.214,51	29,4%
3. Operações Extra-Orçamentais	229.205.978,00	261.646.166,13	114,2%
4. Total (1+2+3)	1.450.438.311,00	1.290.835.721,28	89,0%

As receitas correntes atingiram os 580,1 milhões de euros, 84,7% do valor orçamentado, sobressaindo, os impostos indiretos, com 266,3 milhões de euros, os impostos diretos, com 160,6 milhões de euros e as transferências, com 139,0 milhões de euros. Estes três agregados representaram, no seu conjunto, 97,5% da receita corrente e 43,8% do total das receitas contabilizadas.

Relativamente às receitas de capital, verificou-se uma execução de 449,1 milhões de euros, ou seja, 83,8% do orçamentado. Neste agregado, destacam-se, as transferências de capital que, com uma execução de 305,7 milhões de euros, representaram 68,1% das receitas de capital e 23,7% do total da receita.

As receitas fiscais contabilizaram 426,9 milhões de euros, o equivalente a 81,0% do valor orçamentado.



De seguida, apresenta-se um quadro com a desagregação da receita fiscal:

Unidade: euros

	Dotação	Execução	%
Impostos Diretos	191.969.000,00	160.599.840,77	83,66%
IRS	146.919.000,00	133.995.777,71	91,20%
IRC	44.950.000,00	26.615.872,45	59,21%
Diversos	100.000,00	-11.809,39	-11,81%
Impostos Indiretos	335.020.000,00	266.283.943,83	79,48%
ISP	50.030.000,00	42.929.139,14	85,81%
IVA	212.600.000,00	165.206.871,86	77,71%
ISV	8.600.000,00	3.633.154,56	42,25%
Imposto sobre o consumo de tabaco	36.050.000,00	28.150.156,29	78,09%
IABA	5.730.000,00	5.015.068,70	87,52%
Imposto de selo	19.410.000,00	18.134.629,58	93,43%
Diversos	2.600.000,00	3.214.923,70	123,65%
RECEITA FISCAL	526.989.000,00	426.883.784,60	81,00%

Os Impostos Diretos, com uma receita de 160,6 milhões de euros, representaram 37,6% do total da receita fiscal, destacando-se o IRS que, com uma execução de 134,0 milhões de euros, correspondeu a 83,4% destes Impostos.

Os Impostos Indiretos foram, uma vez mais, os que mais contribuíram para o total da receita fiscal, com 266,3 milhões de euros, 79,5% do valor orçamentado. No âmbito destes, destacam-se o IVA, o ISP, o Imposto sobre o consumo do tabaco e o Imposto de selo, com 165,2 milhões de euros, 42,9 milhões de euros, 28,2 milhões de euros e 18,1 milhões de euros, respetivamente, que no seu conjunto, contribuíram com 254,4 milhões de euros (95,5%).



Despesa

Em 2012 a execução da despesa apresentou a seguinte desagregação:

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	810.184.459,00	728.290.074,94	89,9%
Despesas com Pessoal	277.954.123,00	263.560.272,38	94,8%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	65.395.169,00	50.412.053,94	77,1%
Juros e Outros Encargos	15.320.000,00	15.291.129,93	99,8%
Transferências Correntes	404.236.788,00	369.133.599,81	91,3%
Subsídios	30.345.472,00	19.304.147,46	63,6%
Outras despesas Correntes	16.932.907,00	10.588.871,42	62,5%
2. Despesas de Capital	283.234.200,00	172.685.678,49	61,0%
Aquisição de Bens de Capital	106.937.010,00	56.016.318,90	52,4%
Transferências Capital	175.915.390,00	116.287.559,59	66,1%
Outras despesas de Capital	381.800,00	381.800,00	100,0%
3. Operações Extra-Orçamentais	229.205.978,00	262.116.325,11	114,4%
5. Total (1+2+3)	1.322.624.637,00	1.163.092.078,54	87,9%

As despesas correntes com uma execução de 728,3 milhões de euros, das quais se evidenciam as transferências correntes e as despesas com pessoal, com uma execução de 369,1 milhões de euros e 263,6 milhões de euros, respetivamente, representaram, no seu conjunto, 86,9% do total destas.

As transferências correntes com uma execução de 91,3%, contabilizaram 244,2 milhões de euros, afetas ao Serviço Regional de Saúde. Por sua vez, as despesas com pessoal registaram, uma execução de 94,8% do valor orçamentado.

As despesas de capital, atingiram os 172,7 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 61,0%.



B) Administração Local

Receitas

As receitas globais dos municípios da Região Autónoma dos Açores sofreram em 2011 uma redução significativa, na ordem dos 9,6%, passando de 215,2 milhões de euros para 194,5 milhões de euros, isto é, menos 20,7 milhões de euros do que em 2010. Esta diminuição foi ainda mais acentuada do que a que se havia registado no ano anterior, de menos 2,2% em relação a 2009.

Esta variação negativa resulta de uma redução generalizada de todas as componentes da receita, com exceção dos empréstimos contraídos pelas autarquias, os quais aumentaram cerca de 8,2% (mais 1,6 milhões de euros). Todavia este aumento de empréstimos contraídos não se traduziu num crescimento da dívida, pois uma parte significativa destes financiamentos bancários (67%) foi aplicada na redução de dívida não bancária, no âmbito de programas de reequilíbrio financeiro.

As rubricas da receita que maior impacto tiveram nesta redução, foram os fundos comunitários (-32,6%) e os fundos do orçamento do Estado (-5%), devido à sua dimensão e taxa de variação. Os Fundos do OE, apesar de diminuírem em 5%, aumentaram a sua participação no total das despesas, passando de 47% para 49%. A redução de quase 9 milhões de euros nos fundos comunitários afetou decisivamente o investimento. As “outras transferências” sofreram um abrandamento de 69,5%, todavia o valor de 2010 foi excepcional. No total, estas 3 componentes da receita sofreram uma redução de 19,7 milhões de euros.



euros

Receitas	2009		2010		2011		2009/11
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Receitas Locais	51.402.705	23,4	51.159.297	23,8	48.821.197	25,1	-4,6
Fundos Orçamento do Estado	95.915.059	43,7	100.806.584	46,8	95.777.056	49,2	-5,0
Fundos Comunitários	29.772.985	13,6	26.868.995	12,5	18.097.459	9,3	-32,6
Transferências - Governo Reg	11.038.358	5,0	7.987.755	3,7	7.737.930	4,0	-3,1
Outras Transferências	4.631.979	2,1	8.509.418	4,0	2.591.329	1,3	-69,5
Empréstimos	26.738.594	12,2	19.856.359	9,2	21.490.882	11,0	8,2
Totais	219.499.680	100	215.188.409	100	194.515.854	100	-9,6

De salientar também, as receitas locais, resultantes de impostos, taxas, serviços prestados e venda de bens, que baixam pelo 4.º ano consecutivo, atingindo em 2011 menos 2,3 milhões de euros que no ano anterior, sendo este o ano em que esta redução é mais significativa (-4,6%). Por outro lado, as transferências do Governo Regional registaram uma ligeira quebra (-3,1%), mantendo-se perto dos 8 milhões de euros.

Despesas

Ao nível da despesa e à semelhança do desempenho verificado do lado da receita, também se verificou uma redução significativa (-8,6%), ficando nos 194,55 milhões de euros, menos 18,3 milhões do que em 2010. De referir que as despesas ficaram ligeiramente acima das receitas (194,52 milhões de euros), tendo essa diferença sido coberta pelo saldo da gerência anterior. Por outro lado, o saldo final de 2011 atingiu um valor próximo dos 9 milhões de euros. Se este valor tivesse sido gasto, a redução na despesa seria, naturalmente, bem menor. Esta verba será uma importante fonte de financiamento para 2012.

A redução de 18,3 milhões de euros nas despesas das autarquias locais faz-se sentir sobretudo nos investimentos, onde se registou uma



quebra na ordem dos 22,1%, correspondendo a menos 18,2 milhões de euros que foram investidos em infraestruturas por parte das autarquias locais dos Açores, o que está diretamente relacionado com a forte quebra nas transferências dos fundos comunitários e do Orçamento do Estado.

As transferências para instituições não lucrativas também diminuíram significativamente, menos 2,2 milhões de euros (-20,1%), e as despesas com pessoal reduziram também cerca de 2,1 milhões de euros (-4%).

As restantes despesas não sofreram grandes variações, salvo as amortizações relativas a financiamentos bancários, as quais aumentaram 21,1% em relação a 2010, passando de 20,5 milhões de euros para 24,8 milhões de euros.

Despesas	2009		2010		2011		2009/11
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Pessoal	50.593.462	23,0	51.671.736	24,3	49.610.267	25,5	-4,0
Bens	8.124.185	3,7	8.288.877	3,9	7.702.835	4,0	-7,1
Serviços	19.194.840	8,7	19.709.737	9,3	19.653.923	10,1	-0,3
Juros	6.016.477	2,7	3.745.004	1,8	4.054.515	2,1	8,3
Amortizações	18.419.414	8,4	20.510.942	9,6	24.830.226	12,8	21,1
Investimentos	92.682.711	42,2	82.629.688	38,8	64.379.816	33,1	-22,1
Transf p/ instituiç n/ lucrativas	11.265.400	5,1	10.806.720	5,1	8.639.150	4,4	-20,1
Transf p/ sector empres local	7.734.735	3,5	9.195.825	4,3	9.044.314	4,6	-1,6
Outras Transferências	2.496.002	1,1	2.184.653	1,0	2.013.148	1,0	-7,9
Outras Despesas	3.232.310	1,5	4.030.078	1,9	4.619.990	2,4	14,6
Totais	219.759.537	100	212.773.260	100	194.548.184	100	-8,6



Endividamento

O endividamento do sector municipal da Região Autónoma dos Açores, em 2011, representou cerca de 235,3 milhões de euros, menos 13,6 milhões de euros que em 2010, ou seja, menos 5,4%, sendo que a redução se verifica tanto na dívida bancária (-1,3%), como na dívida não bancária (-13,2%).

No cômputo global do endividamento, a dívida bancária tem um peso relativo na ordem dos 2/3, representando 160,4 milhões de euros do total dos 235,3 milhões de euros.

Endividamento	2009		2010		2011		euros
	valores	%	valores	%	valores	%	2009/11
Dívida bancária	162.637.757	64,1	162.512.092	65,3	160.376.267	68,2	-1,3
Dívida não bancária	91.055.358	35,9	86.329.214	34,7	74.905.078	31,8	-13,2
Totais	253.693.115	100	248.841.306	100	235.281.345	100	-5,4

Balanço e Demonstração de Resultados

No final de 2011, os municípios dos Açores tinham um ativo líquido total da ordem dos 1.243 milhões de euros, verificando-se um ligeiro aumento de 1,9%, sendo de destacar o peso do imobilizado, que representa 94,3% do ativo. Este valor elevado explica-se pela natureza dos municípios, vocacionados para a realização de obras, em grande parte por empreitadas e com pouco volume de dívidas a receber, embora em 2011 estas tenham aumentado 65,8%, contrariando a tendência verificada em 2010.



Cerca de 54,7% do ativo é coberto por fundos próprios e 18,9% é suportado por dívidas a bancos e outras entidades. É de salientar ainda o valor dos proveitos diferidos, que nos municípios atinge um montante elevado, em termos relativos, dada a importância das participações do Estado e da União Europeia. Em 2011 este valor era de 318,7 milhões de euros, cerca de 25,6% do ativo.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), utiliza os métodos que têm sido usados no passado recente, o que obviamente permite transparência e rigor à referida proposta.

Tendo em atenção os objetivos definidos pelo Governo Regional, a política orçamental da presente proposta, insere-se num quadro de rigor de finanças públicas regionais, apesar da conjuntura económico-financeira nacional e internacional ainda não ser a melhor. O Governo Regional tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento económico sustentado de forma a que as populações e os agentes económicos ultrapassem este período menos favorável.

Face ao atual contexto, o Governo entende que deve continuar a apostar em projetos de investimento que potenciem a máxima utilização dos fundos comunitários. Esta estratégia permite incrementar a receita de fundos da União Europeia e, ao mesmo tempo, dá um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o fomento do emprego.

A presente proposta de orçamento prossegue a política de contenção da despesa pública de funcionamento, apresentando um decréscimo em todas as rubricas orçamentais com exceção das despesas com pessoal e transferências.

O aumento das transferências resulta do esforço que o Governo Regional faz relativamente ao setor da saúde, o qual se caracteriza num aumento na



ordem dos 30 milhões de euros neste setor em relação ao ano de 2012 e do aumento de 3% do complemento regional de pensão. Uma vez mais são prioridade do Governo as áreas sociais.

De seguida apresenta-se a estrutura da proposta do ORAA para 2013, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais.

Síntese do ORAA

	Milhões de Euros
	2013
1. Receitas Correntes	701,4
2. Despesas Correntes	641,3
3. Encargos da Dívida Pública	13,5
4. Saldo Corrente (1-2)	60,2
5. Receitas de Capital	456,7
6. Empréstimos	111,4
7. Despesas de Capital	516,8
8. Amortização de Dívida	80,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-60,2
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	13,5

A proposta de orçamento para 2013 contabiliza um saldo primário de 13,5 milhões de euros.



A) Orçamento da Receita

A receita global prevista para o ano de 2013 ascende a 1.396,1 milhões de euros. Excluindo-se o montante de 238,0 milhões de euros, orçamentado em sede de operações extraorçamentais, o valor da receita atinge os 1.158,1 milhões de euros.

Para efeitos de análise comparativa, aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva.

As receitas efetivas são compostas por dois grandes agregados – receitas próprias e transferências – do Orçamento de Estado e da União Europeia. Estes agregados são as principais fontes de financiamento do orçamento da Região.

As receitas efetivas atingem o valor global de 1.046,7 milhões de euros.

As receitas próprias, que no seu conjunto representam 49,5% do total da receita efetiva, continuam a ser a principal fonte de financiamento do orçamento.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 30,4% e 20,1%, respetivamente, do total da receita efetiva.



Receitas Próprias

As receitas próprias previstas para 2013 atingem o montante de 518,4 milhões de euros.

No âmbito destas destacam-se as receitas fiscais, que com 472,7 milhões de euros, representam 91,2% do respetivo total.

Os valores estimados, para 2013, dos impostos que constituem as receitas fiscais, à semelhança do que tem sido feito nos últimos anos, tiveram por base a estimativa provisória do ano de 2012, acrescida das taxas de variação que têm como referência as constantes no Orçamento de Estado para o corrente ano.

Os impostos diretos atingem uma previsão orçamental de 195,0 milhões de euros, mais 17,8% do que o valor estimado de 2012, representando cerca de 41,2% do total das receitas fiscais.

A receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimada em 164,9 milhões de euros, valor que traduz um acréscimo de 17,8%, relativamente a 2012.

A evolução deste imposto reflete o impacto esperado das alterações legislativas impostas pelo OE para 2013, nomeadamente, ao nível da redução de escalões.



Para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) estima-se uma receita de 30 milhões de euros, mais 17,6% do que a receita de 2012.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 277,8 milhões de euros, mais 2,9% do que o valor provisório de execução para 2012.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), estima-se uma receita de 51,0 milhões de euros.

A receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) deverá ascender aos 155,0 milhões de euros, menos 6,6% do que em 2012.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 36,0 milhões de euros, mais 20,0% do que a receita provisória deste imposto para ano transato. Este acréscimo é justificado por um aumento deste imposto ao nível do elemento específico e do *ad valorem*.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 6,7 milhões de euros.

Para o Imposto do Selo estima-se uma receita de 21,0 milhões de euros, mais 15,4% do que em 2012.

Relativamente ao Imposto único de Circulação (IUC), estima-se, para 2013, uma de receita de 2,8 milhões de euros.



Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão global de 45,7 milhões de euros, a qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita que, naturalmente, não foram contemplados no agregado das receitas fiscais, nomeadamente, no âmbito da valorização e rentabilização do património da Região.

Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado, para 2013, atingem o montante global de 318,3 milhões de euros, dos quais, 283,0 milhões de euros, se destinam a compensar os custos de insularidade e 36,2 milhões de euros, relativos ao Fundo de Coesão.

Para o ano de 2013, as verbas transferidas ao abrigo da Lei de Finanças das Regiões Autónomas registam uma redução de 6,9 milhões de euros, relativamente ao correspondente valor do ano transato.

Transferências da União Europeia

As transferências financeiras oriundas da União Europeia deverão atingir, em 2013, o montante global de 209,9 milhões de euros. Estas transferências correspondem ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.



O aumento destas transferências, em relação ao ano anterior, fica a dever-se em parte à intensificação da dinâmica de encerramento do atual quadro comunitário.

Operações Extraorçamentais

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 238,0 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, outras operações de tesouraria e contas de ordem.

Os montantes previstos em cada um dos referidos grupos de receita atingem os 28,0 milhões de euros, os 188,9 milhões de euros e os 21,2 milhões de euros, respetivamente.



B) Orçamento da Despesa

O valor total da despesa orçamentada, em 2013, atinge os 1.396,1 milhões de euros, incluindo uma previsão de 238 milhões de euros, em operações extraorçamentais.

A análise ao orçamento da despesa é efetuada, tal como estabelece a Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, nos termos das respetivas classificações legais, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

Classificação Económica

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos de análise comparativa, os valores da despesa global, não incluirão, dada a sua natureza, os montantes orçamentados para a dotação provisional e os montantes dos passivos financeiros.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa prevista para o ano de 2013, bem como, a respetiva estrutura do orçamento relativo ao ano anterior.



	Euros				
	2012	%	2013	%	Var.
1. Despesas Correntes	592.247.380	45,0%	635.250.502	48,5%	7,3%
Despesas com Pessoal	275.694.065	20,9%	291.883.621	22,3%	5,9%
Transferências	273.239.976	20,7%	303.315.051	23,2%	11,0%
Aquisição de Bens e Serviços	17.212.359	1,3%	16.155.189	1,2%	-6,1%
Juros e outros Encargos	15.320.000	1,2%	13.500.000	1,0%	-11,9%
Outras	10.780.980	0,8%	10.396.641	0,8%	-3,6%
2. Despesas de Capital	1.271.932	0,1%	1.097.050	0,1%	-13,7%
Aquisição de Bens	890.132	0,1%	715.250	0,1%	-19,6%
Outras	381.800	0,0%	381.800	0,0%	0,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	593.519.312	45,1%	636.347.552	48,6%	7,2%
4. Despesas do Plano	494.539.674	37,5%	435.754.556	33,3%	-11,9%
5. Operações Extra-orçamentais	229.205.978	17,4%	238.030.410	18,2%	3,9%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.317.264.964	100,0%	1.310.132.518	100,0%	-0,5%

Nota: Não inclui Passivos Financeiros e Dotação Provisional

A análise ao quadro anterior evidencia um natural aumento do peso das despesas de funcionamento, mais 3,5%, decorrente, por um lado, da reposição de um dos subsídios suspensos em 2012 e do aumento em 33,3% das contribuições para a CGA. Por outro lado, procedeu-se a um reforço significativo das transferências para o SRS, fixando-se o seu valor em 270 milhões de euros, mais 12,2%, relativamente ao ano anterior.

Salienta-se que o aumento registado nas despesas de funcionamento só não é maior porque todas os restantes agregados da despesa registam, para 2013, diminuições das respetivas dotações, relativamente, às correspondentes dotações de 2012.



As despesas de funcionamento da administração regional atingem, em 2013, uma dotação global de 636,3 milhões de euros, dos quais, 635,3 milhões de euros, constituem as despesa correntes.

As despesas correntes, por seu lado, são constituídas por dois agregados da despesa – despesas com pessoal e transferências – os quais, em conjunto, representam 93,7% daquelas despesas.

As despesas com pessoal estão orçamentadas em 291,9 milhões de euros, mais 5,9% do que o correspondente valor de 2012.

O valor orçamentado para encargos com pessoal, para além de incorporar a reposição de um subsidio e o aumento das contribuições para a CGA, reflete, naturalmente em sentido contrário, as poupanças obtidas decorrentes da reestruturação orgânica do XI Governo Regional, por via da redução de diversas estruturas.

A dotação proposta para o agregado das transferências correntes, atinge o valor de 303,3 milhões de euros, mais 11% do que o correspondente valor do ano anterior.

Neste agrupamento económico das transferências estão, como já referido anteriormente, contempladas as verbas destinadas aos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde – com uma dotação de 270 milhões de euros (+12,2%) – bem como a dotação destinada a assegurar o pagamento do complemento regional de pensões – com uma dotação de 24,4 milhões de euros (+3%) – para além das despesas com pessoal dos



diversos fundos e serviços autónomos que constituem a administração indireta da Região.

O agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes atinge um valor de 16,2 milhões de euros, menos 6,1% do que o correspondente valor do ano anterior.

O agrupamento económico da aquisição de bens de capital está dotado com 0,7 milhões de euros, menos 19,6% do que o correspondente valor de 2012.

A evolução observada, em 2013, nos agrupamentos económicos de aquisição de bens e serviços correntes e bens de capital, como, aliás, se vem registando nos últimos anos, é perfeitamente demonstrativa da eficaz política de contenção imposta pelo Governo Regional a este tipo de despesas.

Para os juros da dívida pública e outros encargos, está prevista uma dotação de 13,5 milhões de euros.

As outras despesas correntes estão estimadas com uma dotação de 10,4 milhões de euros, dos quais, 10,1 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,1 milhões de euros, dos quais, 0,7 milhões de euros, destinam-se a aquisição



de bens de capital e 0,4 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas do plano contempladas no capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, em 2013, uma previsão orçamental de 435,8 milhões de euros, menos 11,9% do que o correspondente valor de 2012.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2013, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais, nos termos da nova estrutura do Governo Regional.

Despesa Total

	2013	%
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10 449 100	0,8%
Presidência do Governo Regional	7 275 409	0,6%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	345 522 546	26,4%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	46 976 645	3,6%
Sec. Reg. da Saúde	320 746 480	24,5%
Sec. Reg. da Educação, Ciência e Cultura	302 174 136	23,1%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	129 917 123	9,9%
Sec. Reg. dos Recursos Naturais	147 071 079	11,2%
Total	1 310 132 518	100%

Nota: Não inclui a Dotação Provisional e os Passivos Financeiros.



A análise ao quadro permite que concluir que uma parte significativa da despesa pública está concentrada em três departamentos regionais – Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, Secretaria Regional da Saúde e Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura – os quais, em conjunto, representam 73,9% do correspondente total.

A Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, com uma dotação de 345,5 milhões de euros, é o departamento regional com o maior volume de despesa. Este montante contempla 219,8 milhões de euros, de dotações afetas a operações extraorçamentais, 58,4 milhões de euros, a aplicar no plano de investimentos, 24,4 milhões de euros, destinados a suportar o complemento regional de pensões e 13,5 milhões de euros, para fazer face aos encargos com juros da dívida pública.

A Secretaria Regional da Saúde, com uma verba de 320,7 milhões de euros, contempla, igualmente, uma dotação orçamental significativa. Neste montante, destacam-se os 270 milhões de euros, afetos aos organismos integrados no Serviço Regional de Saúde e os 46,6 milhões de euros, associados ao plano de investimentos deste departamento regional.

A Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, com uma dotação de 302,2 milhões de euros, completa os departamentos regionais com dotações globais superiores aos 300 milhões de euros. Do seu montante, destacam-se as verbas afetas à Direção Regional da Educação,



com 196,7 milhões de euros e o valor associado ao plano de investimentos, com 84,3 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, não se considerando o montante das operações extraorçamentais.

Despesa Total

	2013	%
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	10 449 100	1,0%
Presidência do Governo Regional	7 265 409	0,7%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	125 751 993	11,7%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	46 969 645	4,4%
Sec. Reg. da Saúde	319 746 475	29,8%
Sec. Reg. da Educação, Ciência e Cultura	295 001 921	27,5%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	124 111 113	11,6%
Sec. Reg. dos Recursos Naturais	142 806 452	13,3%
Total	1 072 102 108	100%

Nota: Não inclui a Dotação Provisional, Passivos Financeiros e Operações Extraorçamentais.

A Secretaria Regional da Saúde, neste contexto, passa a ser o departamento regional com o maior peso na estrutura da despesa, com 29,8% do respetivo total.

A Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, tem igualmente, um peso muito significativo, atingindo os 27,5%, do total da despesa.

Estes dois importantes sectores sociais tem, pois, um peso relevante em termos de verbas aos mesmos associadas, representando as mesmas, 57,3% do total da despesa orçamentada.



O quadro a seguir apresentado contempla as despesas previstas no capítulo 50 do orçamento da Região Autónoma dos Açores, para o ano de 2013, distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.

Plano de Investimentos

	2013	%
Presidência do Governo Regional	1 520 000	0,3%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competit. Empresarial	58 452 691	13,4%
Sec. Reg. da Solidariedade Social	39 481 731	9,1%
Sec. Reg. da Saúde	46 623 506	10,7%
Sec. Reg. da Educação, Ciência e Cultura	84 268 262	19,3%
Sec. Reg. do Turismo e Transportes	100 888 764	23,2%
Sec. Reg. dos Recursos Naturais	104 519 602	24,0%
Total	435 754 556	100%

A Secretaria Regional dos Recursos Naturais, com uma dotação de 104,5 milhões de euros, é o departamento regional com o maior de despesas de investimento, representando 24% do respetivo total.

A Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com 100,9 milhões de euros de dotação, contempla, igualmente, um volume financeiro significativo, representando 23,2% do total das despesas de investimento previstas para 2013.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2013, sem as operações extraorçamentais.



Estrutura da Despesa Global

	2013	%
1. Funções Gerais de Soberania	111 356 598	10,4%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	111 356 598	10,4%
2. Funções Sociais	677 600 667	63,2%
2.01 Educação	243 081 333	22,7%
2.02 Saúde	311 981 022	29,1%
2.03 Segurança e Acção Social	25 977 498	2,4%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	51 493 763	4,8%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	45 067 051	4,2%
3. Funções Económicas	257 660 420	24,0%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	102 877 756	9,6%
3.03 Transportes e Comunicações	86 383 040	8,1%
3.05 Outras Funções Económicas	68 399 624	6,4%
4. Outras Funções	25 484 423	2,4%
4.01 Operações da Dívida Pública	13 500 000	1,3%
4.03 Diversas não Especificadas	11 984 423	1,1%
Total	1 072 102 108	100%

Nota: Não inclui a Dotação Provisional, Passivos Financeiros e Operações Extraorçamentais.

A análise ao quadro permite aferir que são as áreas sociais, com uma dotação global de 677,6 milhões de euros, o sector com maior peso na estrutura da despesa para 2013, representando 63,2% do respetivo total.

No âmbito das funções sociais, tem um peso naturalmente significativo, os sectores da Saúde e da Educação, com 312 e 243,1 milhões de euros, respetivamente.

Os sectores da Saúde e da Educação representam 81,9% das verbas afetas às funções sociais e 51,8% do total da despesa prevista para o ano de 2013.



As funções económicas atingem uma previsão global de 257,7 milhões de euros, representando 24% da despesa orçamentada para 2013.

No âmbito das funções económicas, o sector da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, é que contempla a dotação mais significativa, com 102,9 milhões de euros. Este sector representa 39,9% das funções económicas e 9,6% do total da despesa prevista para o ano de 2013.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

Para efeito do disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, a presente proposta de orçamento considera integradas no sector público administrativo, como serviços e fundos autónomos, as entidades que tenham sido incluídas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Classificação Económica

Para 2013, o orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos e empresas do SPER, segundo a sua classificação económica, é o que de seguida se apresenta.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	302.392.027	DESPESAS CORRENTES	289.197.787
Impostos diretos	0	Despesas com pessoal	63.489.973
Impostos indiretos	62.999	Segurança Social	
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	7.000	Contribuições para a Seg. Social	
Txs,multas e outras penalidades	12.061.457	Aq. de bens e serviços correntes	111.115.841
Rend. de propriedades	14.454	Juros e outros encargos	38.004.865
Transferências	262.509.926	Transferências Correntes	41.200.051
RAA - Adm. Pública	238.033.548	RAA - Adm. Pública	818.010
Adm. Central	3.288.586	Adm. Central	634.000
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
Adm. Local	16.800	Adm. Local	57.400
U.E	11.956.346	U.E	5.000
Outras	9.214.646	Outras	39.685.641
Venda de bens e serviços correntes	26.122.376	Subsídios	34.154.609
Outras receitas correntes	1.613.815	Outras despesas correntes	1.232.448
RECEITAS DE CAPITAL	44.852.367	DESPESAS DE CAPITAL	59.659.060
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	30.120.294
Transferências	44.687.823	Transferências de Capital	14.640.058
RAA - Adm. Pública	19.197.960	RAA - Adm. Pública	187.500
Adm. Central	9.505.193	Adm. Central	870.000
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
Adm. Local	0	Adm. Local	71.000
U.E	15.928.670	U.E	0
Outras	56.000	Outras	13.511.558
Ativos financeiros	164.544	Ativos financeiros	17.413
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	6.700.132
Outras receitas de capital	0	Outras despesas de capital	8.181.163
Recursos próprios comunitários	0		
SUB-TOTAL	347.244.394	SUB-TOTAL	348.856.847
Reposições	40.989		
Saldo da gerência anterior	1.571.464		
Na posse do serviço	1.549.440		
Na posse do Tesouro	22.024		
Operações extra-orçamentais	8.555.086	Operações extra-orçamentais	8.555.086
TOTAL	357.411.933	TOTAL	357.411.933

A previsão global para o orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos do próximo ano, situa-se nos 357,4 milhões de euros.



A receita corrente, com 302,4 milhões de euros representa 84,6% do total orçamentado, enquanto os 44,9 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 12,6%. Os restantes 10,2 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

No agregado das receitas correntes, evidenciam-se as transferências, as quais, com 262,5 milhões de euros, representam 86,8% do total da receita corrente. De destacar que 238,0 milhões de euros, do total das transferências (90,7%), têm proveniência do orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA).

Estima-se que as receitas de capitais arrecadadas pelos fundos e serviços autónomos atinjam os 44,9 milhões de euros, dos quais 44,7 milhões de euros são relativos a transferências, destas 19,2 milhões de euros são provenientes do ORAA, ou seja, 43,0% do total das transferências.

Quanto à despesa dos fundos e serviços autónomos, prevê-se que se situe nos 357,4 milhões de euros, decompostos por 289,2 milhões de euros para as despesas correntes (80,9%), 59,7 milhões de euros para as despesas de capital (16,7%) e por 8,5 milhões de euros de operações extraorçamentais (2,4%).

Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 38,4%, e



22,0% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 174,6 milhões de euros.

Prevê-se uma despesa de capital na ordem dos 59,7 milhões de euros, dos quais 30,1 milhões de euros à aquisição de bens de capital e 14,6 milhões de euros dizem respeito às transferências de capital.

Classificação Orgânica

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	43.907.210	12,28%
Secretaria Regional da Solidariedade Social	18.714.400	5,24%
Secretaria Regional da Saúde	165.015.949	46,17%
Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura	25.711.492	7,19%
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	73.509.386	20,57%
Secretaria Regional dos Recursos Naturais	30.553.496	8,55%
Total	357.411.933	100,00%

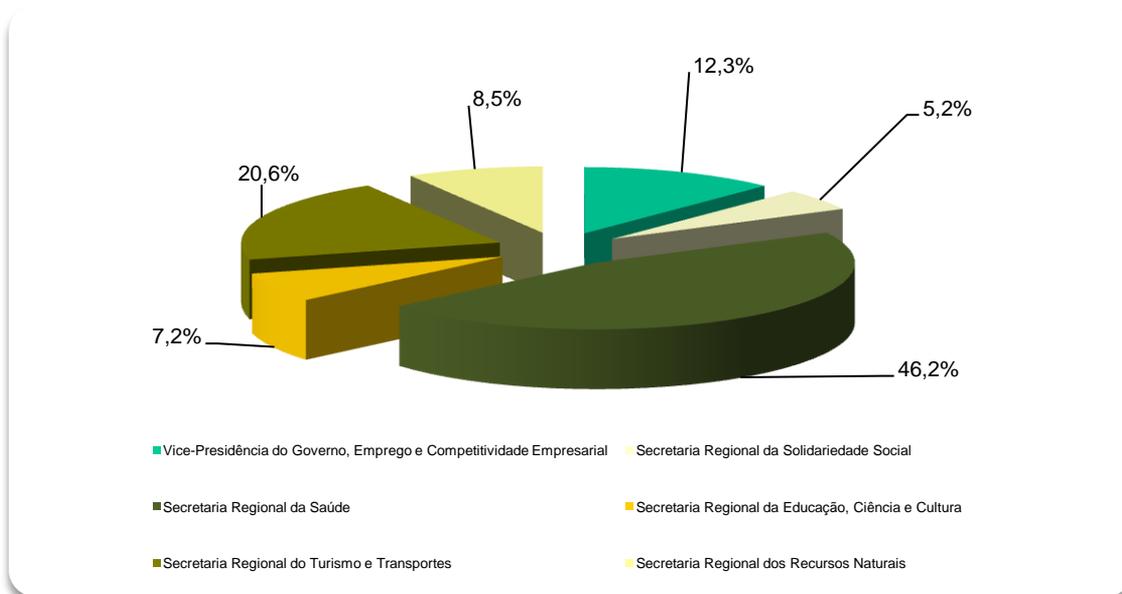
O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 165,3 milhões de euros (46,2%). Dos FSA destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento:

- Sudaçor, S.A. – 35,2%
- Unidade de Saúde de São Miguel – 30,5%
- Unidade de Saúde da Ilha Terceira – 12,5%



Ressalvam-se, ainda, as verbas atribuídas à Secretaria Regional do Turismo e Transportes, as quais, com 73,5 milhões de euros representam 20,6% do total orçamentado, destacando-se o Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico, com 47,4% e a Atlânticoline, S.A. com 42,5%.

A distribuição orgânica do orçamento dos FSA é, graficamente, a que abaixo se apresentada.



Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte.



Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	25.088.106	7,0%
Funções Sociais	202.187.391	56,6%
Funções Económicas	101.902.440	28,5%
Outras Funções	28.233.996	7,9%
TOTAL	357.411.933	100,00%

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se distinguem, com 202,2 milhões de euros (56,6%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 101,9 milhões de euros (28,5%), as outras funções com 28,2 milhões de euros (7,9%) e por último, as funções gerais de soberania com 25,1 milhões de euros (7,0%).

O total imputado a cada uma das funções de carácter social, é a seguinte:

- Saúde – 163,2 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 18,7 milhões de euros;
- Educação – 17,1 milhões de euros;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 2,3 milhões de euros; e
- Habitação e Serviços Coletivos – 0,9 milhões de euros.

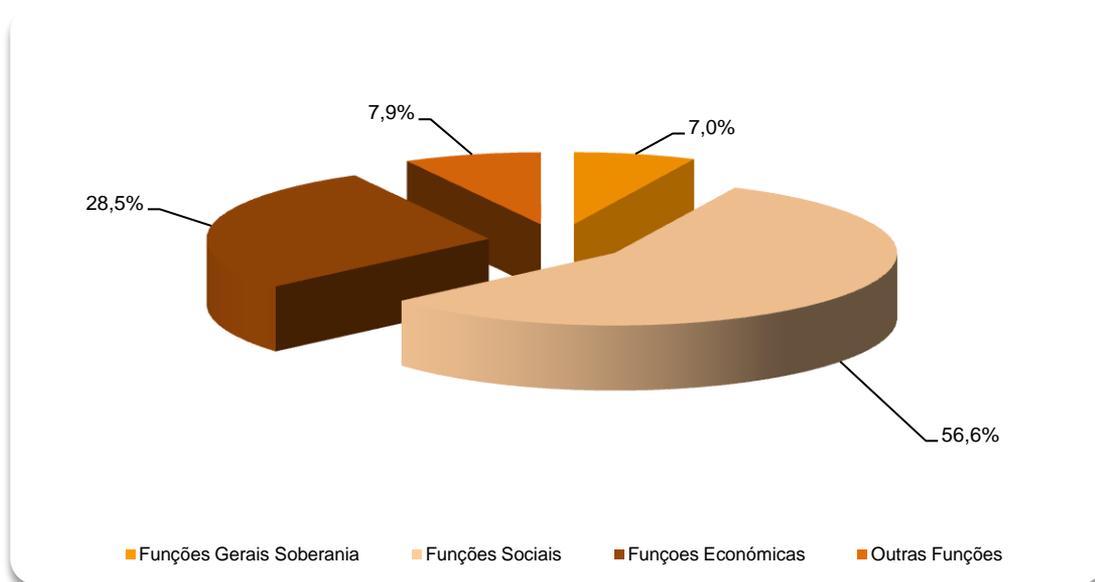
Os 101,9 milhões de euros afectos às funções económicas decompõem-se do seguinte modo:

- Transportes e Comunicações – 37,4 milhões de euros;
- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 29,6 milhões de euros; e



- Indústria e Energia – 34,8 milhões de euros.

O gráfico seguinte mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O orçamento consolidado do Sector Público Administrativo, para o ano de 2013, é de 1.501,4 milhões de euros onde se agregaram todos os serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e as entidades empresariais no âmbito do S.P.A..

(Milhões de euros)	
Receitas Correntes	770,9
Impostos Diretos	195,0
Impostos Indiretos	277,8
Contribuições para a Segurança Social	4,0
Taxas, multas e outras penalidades	19,3
Rendimentos de propriedade	3,6
Transferências Correntes	241,8
Administrações Públicas	229,1
Outras	12,7
Venda de Bens e Serviços Correntes	26,8
Outras Receitas Correntes	2,6
Receitas de Capital	479,31
Venda de Bens de Investimento	25,25
Transferências de Capital	341,48
Administrações Públicas	115,62
Outras	225,86
Ativos Financeiros	0,80
Passivos Financeiros	111,43
Outras Receitas de Capital	0,35
Outras Receitas	4,61
Reposições	3,04
Saldo de Gerência Anterior	1,57
Operações Extra-Orçamentais	246,59
Total da Receita	1.501,43
Despesas Correntes	884,4
Despesas com Pessoal	357,4
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	169,7
Juros e Outros Encargos	51,5
Transferências Correntes	227,0
Administrações Públicas	126,5
Outras	100,6
Subsídios	60,9
Outras despesas Correntes	17,9
Despesas de Capital	370,4
Aquisição de Bens de Capital	124,3
Transferências Capital	150,4
Administrações Públicas	1,1
Outras	149,3
Ativos Financeiros	0,5
Passivos Financeiros	86,7
Outras despesas de Capital	8,6
Operações Extra-Orçamentais	246,6
Total da Despesa	1.501,4



As receitas correntes atingirão os 700,1 milhões de euros (46,6% do total da receita), das quais 472,8 milhões de euros dizem respeito a receitas fiscais e os restantes 227,3 milhões de euros a outras receitas correntes.

Estima-se que as receitas de capital, permitam uma arrecadação de 550,1 milhões de euros.

Do valor orçamentado para as despesas correntes (884,4 milhões de euros) 40,4% dizem respeito a despesas com pessoal (357,4 milhões de euros).

Para as despesas de capital está prevista uma execução de 370,4 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 246,6 milhões de euros, 16,4% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A - Dívida Direta

Evolução da Dívida Pública

Para o corrente ano e ao abrigo do n.º 1 do artigo 142.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Orçamento de Estado para 2013, a Região Autónoma dos Açores, ficou impossibilitada, uma vez mais, de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que originassem um aumento do seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, à semelhança dos anos anteriores, as situações decorrentes do financiamento de projetos com participação de fundos comunitários.

No final de 2012, o stock da dívida pública foi de 412.280.000,00€.

A decomposição da dívida direta por empréstimo é a apresentada no quadro seguinte.

	MONTANTE EM DÍVIDA
Dexia - Project & Public Finance	56.500.000,00
Dexia Sabadell	91.000.000,00
Depfa - Bank	49.800.000,00
Governo da República	127.313.674,00
Governo da República	7.686.326,00
Sindicato CGD,BPI,BANIF e Millennium	50.000.000,00
BANIF	7.500.000,00
BESA	8.000.000,00
BPG	7.500.000,00
BPG	1.980.000,00
CEMAH	5.000.000,00
TOTAL	412.280.000,00



Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública pagos até 31 de dezembro de 2012 totalizaram 15,3 milhões de euros.

B - Avais

A 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade da Região com avais situava-se nos 458,2 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

(Euros)				
AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A.	4.090.335,05	273.029,91
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	2.501.991,06	267.713,06
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	12.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	10.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	24.000.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	24.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A.	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG, SA	5.500.000,00	3.208.333,65
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	8.957.142,87
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	9.000.000,00	5.850.000,00
2/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HDES PD, EPE	5.628.000,00	5.628.000,00
3/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HSP AH, EPE	3.486.000,00	3.486.000,00
4/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HH, EPE	1.386.000,00	1.386.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	4.500.000,00	3.652.984,84
2/10	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	15.000.000,00	15.000.000,00
4/10	Montepio	HH, EPE	2.000.000,00	2.000.000,00
1/11	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	22.000.000,00	22.000.000,00
2/11	Santander	SAUDAÇOR, S.A.	9.000.000,00	7.200.000,00
3/11	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	AZORINA, S.A.	865.000,00	865.000,00
1/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	1.500.000,00	1.500.000,00
2/12	C.C.A.M. dos Açores	SAUDAÇOR, S.A.	6.000.000,00	6.000.000,00
3/12	Banco BPI	LOTAÇOR, S.A.	11.300.000,00	10.800.000,00
4/12	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	30.500.000,00	30.500.000,00
5/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	IROA, SA	1.500.000,00	1.500.000,00
6/12	Montepio	Atlânticoline, SA	2.000.000,00	2.000.000,00
7/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	2.250.000,00	2.250.000,00
8/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	SINAGA, SA	1.900.000,00	1.900.000,00
TOTAL			525.307.326,11	458.224.204,33



O Governo Regional prevê amortizar a sua responsabilidade com avales em 45,9 milhões de euros, desagregados da forma que de seguida se explicita.

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	AMORTIZAÇÃO
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A.	273.029,91
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	267.713,06
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	3.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	2.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	4.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	3.000.000,00
2/07	Déxia Sabadell	APTG, SA	458.333,63
1/08	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	1.628.571,42
1/09	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	900.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A	723.137,63
4/10	Montepio	HH, EPE	2.000.000,00
1/11	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A	22.000.000,00
2/11	Santander	SAUDAÇOR, S.A.	1.800.000,00
2/12	C.C.A.M. dos Açores	SAUDAÇOR, S.A.	979.591,84
3/12	Banco BPI	LOTAÇOR, S.A.	750.000,00
5/12	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo dos Açores	IROA, SA	106.800,60
6/12	Montepio	Atlânticoline, SA	2.000.000,00
Total			45.887.178,09

O plafond de avales definido para o ano de 2013, é de 90 milhões de euros.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Governo Regional dos Açores está a proceder a uma redução significativa das participações sociais detidas pela Região Autónoma dos Açores, no âmbito da reestruturação do Sector Público Empresarial Regional (SPER).

No âmbito desta reestruturação já se encontra concluída a fusão por incorporação das Administrações dos Portos de S. Miguel, da Terceira e Graciosa, e do Triângulo e do Grupo Ocidental, na Portos dos Açores, SA. Procedeu-se à extinção da Prontaçores, e dos Transportes Coletivos de Santa Maria. Encontram-se também encerrados os processos relativos à alienação das participações na Banif Açorpensões, na DTS, na IATH e na CCAM. Também se encontra concretizado o processo relativo à fusão da SPRA com a Azorina.

O Governo Regional dos Açores continuará a execução desta reestruturação do SPER. O Sector Público Empresarial Regional incorpora um conjunto de 33 entidades de características empresariais, congregadas da seguinte forma:

- Cinco Grupos empresariais:

- Grupo EDA com 7 empresas;
- Grupo SATA com 6 empresas;
- Grupo Portos dos Açores (PA), com 3 empresas;



- Grupo Lotaçor, com 3 empresas
 - Grupo Ilhas de Valor com 3 empresas
- Onze empresas com participação direta, com atividade e objetivos próprios, sem participação de capital entre si, nomeadamente:
- SPRHI, SA, na área de habitação e infra-estruturas;
 - SAÚDAÇOR, SA, no sector da Saúde;
 - Teatro Micaelense, SA, na área da cultura e congressos;
 - Azorina, SA, na área do ambiente;
 - SDEA, EPER, na área da conceção de políticas para estimular o desenvolvimento económico;
 - Hospital do Divino Espírito Santo, EPE, Hospital de Santo Espírito, EPE, e Hospital da Horta, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
 - IROA, S.A, na área da Agricultura cujo objetivo é o de reforço da qualidade e redução dos custos de produção das explorações agrícolas;
 - Transmaçor, S.A.;
 - Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.
- Cinco entidades não societárias, mas que pela sua gestão, estão incluídas neste âmbito:
- INOVA;
 - ENTA;
 - Associação de Turismo dos Açores;



- Observatório Regional do Turismo;
- Associação Portas do Mar, S.A.

As participações da Região, explicitadas em percentagem do capital social detido, direta e indiretamente, pela Região, sem considerar as participações indiretas de segundo grau, é a explicitada no quadro seguinte.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

PARTICIPAÇÕES NO SPER

PARTICIPAÇÕES DA RAA	Participaç Directa	Participações Directas do SPER											Participaç Indirec	Total Participaç	
		RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A	EEG	LOTAÇOR, S.A.	PA, SGPS	ATLÂNTICOLINE, S.A.	APSM, S.A.	APTG, S.A.	APTO, S.A.			ILHAS DE VALOR, S.A.
Identificação da Empresa															
SAUDAÇOR- SOC. GEST. REC.EQUIP.SAÚDE AÇORES, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, EPE	100,00%													0,00%	100,00%
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO, EPE	100,00%													0,00%	100,00%
HOSPITAL DA HORTA, EPE	100,00%													0,00%	100,00%
SATA, SGPS, S.A.	1 100,00%													0,00%	100,00%
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A	1 100,00%	100,00%												100,00%	100,00%
SATA INTERNACIONAL- SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.	1 100,00%		100,00%											100,00%	100,00%
SATA GESTÃO DE AERODROMOS	1 100,00%		100,00%											100,00%	100,00%
SATA EXP. INC. CAN	1 100,00%		100,00%											100,00%	100,00%
GOLFE AÇORES.LDA	1 33,33%		33,33%											33,33%	33,33%
PA- PORTOS DOS AÇORES -SGPS, S.A.	2 100,00%													0,00%	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	2 16,03%							83,97%						83,97%	100,00%
NAVAL CANAL, LDª	2											100,00%		100,00%	100,00%
TRANSAÇOR- TRANSPORTES MARÍTIMOS DOS AÇORES, LDA	88,37%													0,00%	88,37%
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, S.A	100,00%													0,00%	100,00%
ESPADA PESCAS UNIPessoal, S.A.						100,00%								100,00%	100,00%
SANTA CATARINA, INDÚSTRIA CONSERVEIRA, S.A.						99,67%								99,67%	99,67%
ILHAS DE VALOR, S.A.	99,44%		0,28%					0,28%						0,56%	100,00%
SINAGA, S.A. - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS												51,00%		51,00%	51,00%
POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO, LDª												60,87%		60,87%	60,87%
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES, S.A.	3 50,10%													0,00%	50,10%
GLOBALEDA- TELECOMUNICAÇÕES SIST. INFORMAÇÕES, S.A.	3				60,00%									30,06%	30,06%
SO GEO- SOCIEDADE DE GEOTERMIA DOS AÇORES, S.A.	3				99,31%									49,75%	49,75%
SEGMA- SERVIÇO DE ENG. GESTÃO E MANUTENÇÃO, LDA	3				90,00%									45,09%	45,09%
GEOTERCEIRA- SOC. GEOTÉRMICA DA TERCEIRA, S.A.	3				50,04%									25,07%	25,07%
NORMA AÇORES-SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DES. REG., S.A.	3				50,13%									25,12%	25,12%
NOVABASE ATLÂNTICO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	3				40,00%									20,04%	20,04%
SPRHI, S.A.- SOC. PROM. REAB.HAB. E INFRA-ESTRUTURAS, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
AZORINA, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
TEATRO MICAELENSE- CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A.	99,81%													0,00%	99,81%
PGA- POUSADAS DA JUVENTUDE AÇORES, S.A.	51,00%													0,00%	51,00%
IROA, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
SDEA - E.P.E.R.	100,00%													0,00%	100,00%
SITURFLOR- SOC. DE INVESTIMENTOS TÚRISTICOS DAS FLORES, S.A.	4 38,65%													0,00%	38,65%

1) Grupo SATA

2) Grupo Portos dos Açores

3) Grupo EDA

4) Empresas sem actividade / em extinção



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Orçamento e Tesouro

Entidades Não Societárias - Associações

PARTICIPAÇÕES DA RAA	Participaç Direta	Participações diretas do SPER							Participaç Indirec	Total Participaç
	RAA	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A	APSM, S.A.	APTG, S.A.	INOVA	AAFTH	ASS. TURISMO AÇORES		
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES	38,50%	30,80%							30,80%	69,30%
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00%		2,00%			70,00%			45,91%	67,91%
INOVA- ISNT. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES	65,59%		0,77%						0,00%	65,59%
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	50,00%							25,00%	17,33%	67,33%
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR	28,57%			28,57%			7,14%	7,14%	32,55%	61,12%